

**DESENVOLVIMENTO E CULTURA: DEBATES TEÓRICOS E DISPUTAS
CONCEITUAIS NA INTERPRETAÇÃO DOS PROCESSOS SOCIAIS****DEVELOPMENT AND CULTURE: THEORETICAL DEBATES AND
CONCEPTUAL DISPUTES IN THE INTERPRETATION OF SOCIAL PROCESSES****DESARROLLO Y CULTURA: DEBATES TEÓRICOS Y DISPUTAS
CONCEPTUALES EN LA INTERPRETACIÓN DE LOS PROCESOS SOCIALES**

10.56238/revgeov17n4-068

Lucas Inácio Rodrigues

Doutorando em Ciência, Tecnologia e Sociedade

Instituição: Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)

E-mail: lucasinacio.cts@gmail.comOrcid: <https://orcid.org/0000-0003-0135-8816>Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3552384204004972>**RESUMO**

O debate acerca das relações entre desenvolvimento e cultura tem ocupado lugar central nas ciências sociais, especialmente diante das limitações das interpretações que reduzem o desenvolvimento à dimensão estritamente econômica. Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo discutir os principais fundamentos teóricos e conceituais que estruturam a relação entre desenvolvimento e cultura, evidenciando as disputas interpretativas presentes nesse campo de estudo. A partir de uma abordagem teórica e bibliográfica, o trabalho analisa diferentes perspectivas que compreendem o desenvolvimento como fenômeno multidimensional, no qual fatores culturais desempenham papel relevante na organização das práticas sociais, das formas de produção simbólica e das dinâmicas econômicas. Ao explorar essas abordagens, busca-se demonstrar que a cultura não constitui apenas um elemento complementar do desenvolvimento, mas uma dimensão estruturante dos processos sociais, capaz de influenciar valores, instituições e formas de organização coletiva. Assim, argumenta-se que a compreensão do desenvolvimento exige a incorporação de análises que considerem as dimensões culturais como parte integrante das dinâmicas sociais, contribuindo para uma interpretação mais ampla e crítica dos processos históricos e sociais.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Cultura. Ciências Sociais. Interpretação Social. Teoria do Desenvolvimento.

ABSTRACT

The debate surrounding the relationship between development and culture has occupied a central place in the social sciences, especially in light of the limitations of interpretations that reduce development to a strictly economic dimension. In this context, the present article aims to discuss the main theoretical and conceptual foundations that structure the relationship between development and culture, highlighting the interpretative disputes present in this field of study. Based on a theoretical and bibliographical approach, the study analyzes different perspectives that understand development as a multidimensional phenomenon, in which cultural factors play a relevant role in the organization of



social practices, forms of symbolic production, and economic dynamics. By exploring these approaches, the article seeks to demonstrate that culture is not merely a complementary element of development, but rather a structuring dimension of social processes, capable of influencing values, institutions, and forms of collective organization. Thus, it is argued that understanding development requires the incorporation of analyses that consider cultural dimensions as an integral part of social dynamics, contributing to a broader and more critical interpretation of historical and social processes.

Keywords: Development. Culture. Social Sciences. Social Interpretation. Development Theory.

RESUMEN

El debate en torno a la relación entre desarrollo y cultura ha ocupado un lugar central en las ciencias sociales, especialmente dadas las limitaciones de las interpretaciones que reducen el desarrollo a una dimensión estrictamente económica. En este contexto, este artículo busca analizar los principales fundamentos teóricos y conceptuales que estructuran la relación entre desarrollo y cultura, destacando las controversias interpretativas presentes en este campo de estudio. Mediante un enfoque teórico y bibliográfico, se analizan diferentes perspectivas que entienden el desarrollo como un fenómeno multidimensional, en el que los factores culturales desempeñan un papel relevante en la organización de las prácticas sociales, las formas de producción simbólica y la dinámica económica. Al explorar estos enfoques, se pretende demostrar que la cultura no es simplemente un elemento complementario del desarrollo, sino una dimensión estructurante de los procesos sociales, capaz de influir en los valores, las instituciones y las formas de organización colectiva. Por lo tanto, se argumenta que comprender el desarrollo requiere la incorporación de análisis que consideren las dimensiones culturales como parte integral de la dinámica social, contribuyendo a una interpretación más amplia y crítica de los procesos históricos y sociales.

Palabras clave: Desarrollo. Cultura. Ciencias Sociales. Interpretación Social. Teoría del Desarrollo.



1 INTRODUÇÃO

A discussão acerca das relações entre desenvolvimento e cultura tem ganhado relevância nas ciências sociais, especialmente diante das limitações das interpretações que reduzem o desenvolvimento à sua dimensão estritamente econômica. Nesse sentido, torna-se necessário analisar teoricamente os conceitos que estruturam esse debate, evidenciando as diferentes perspectivas a partir das quais tais categorias são compreendidas.

Partindo dessa problemática, o presente artigo discute aspectos contemporâneos do conceito de desenvolvimento, refletindo sobre suas possibilidades no campo da cultura e sobre sua relação com os processos sociais e econômicos, especialmente no que se refere à geração de renda em âmbito local. Para isso, propõe-se uma análise teórica e conceitual que busca compreender o desenvolvimento como um fenômeno multidimensional, no qual fatores culturais desempenham papel significativo na organização das práticas sociais e das dinâmicas econômicas.

Nesse contexto, discutir o desenvolvimento implica considerá-lo em articulação com processos político-econômicos mais amplos, que envolvem o papel do Estado, do mercado e das relações sociais, bem como questões relacionadas à sustentabilidade ambiental, à sobrevivência humana e às dinâmicas culturais. Assim, a abordagem teórica aqui adotada dialoga com diferentes campos do conhecimento, como a antropologia, a sociologia, a economia, a administração e a história, contribuindo para a construção de uma análise de caráter interdisciplinar.

A partir dessa perspectiva, o artigo apresenta uma reflexão sobre os conceitos de desenvolvimento e cultura, buscando evidenciar suas inter-relações e suas implicações para a compreensão dos processos sociais contemporâneos.

2 A INTERDISCIPLINARIDADE NA PESQUISA

Nas ciências, a especialização disciplinar desempenha papel relevante na produção do conhecimento. Contudo, diante da complexidade dos fenômenos sociais, a análise restrita a um único campo disciplinar mostra-se insuficiente para compreender plenamente os objetos de investigação. Nesse sentido, a interdisciplinaridade torna-se fundamental para a produção acadêmica, pois permite articular diferentes perspectivas teóricas e metodológicas na interpretação da realidade social. Conforme argumenta Frigotto (2008), o trabalho interdisciplinar na produção e socialização do conhecimento não decorre de uma escolha arbitrária, mas da própria forma como o ser humano se constitui enquanto sujeito e objeto do conhecimento social.

A construção de uma perspectiva interdisciplinar exige, portanto, inovação metodológica e abertura ao diálogo entre diferentes áreas do conhecimento. Como observa Oliveira (2017), os objetos de pesquisa nas ciências sociais frequentemente apresentam elevada complexidade, demandando a articulação de múltiplos saberes para sua compreensão. Nesse sentido, a interdisciplinaridade não se



limita à simples justaposição de diferentes áreas do conhecimento, mas implica um esforço crítico do pesquisador em ultrapassar as fronteiras disciplinares e refletir continuamente sobre as diversas dimensões de seu objeto de estudo.

Historicamente, a consolidação de abordagens interdisciplinares enfrentou resistências decorrentes da tradição positivista, que valorizava a especialização e a delimitação rígida dos campos científicos. Para Gusdorf (1990), o conhecimento interdisciplinar foi, durante longo período, marginalizado em razão de preconceitos epistemológicos associados à perspectiva positivista. No entanto, o avanço das ciências sociais e a crescente complexidade dos fenômenos investigados evidenciaram a necessidade de abordagens mais integradas e reflexivas.

Segundo Rodrigues (2021, p. 44):

Devido ao positivismo, que é uma corrente filosófica derivada do iluminismo, a interdisciplinaridade é observada com resistência por grande parte dos cientistas. O Positivismo tem como principal nome o pensador August Comte (1798-1857). Sua filosofia consiste na busca de uma explicação geral diante de um fenômeno derivado da industrialização: a especialização. Por meio desta linha de pensamento, as ciências deveriam se pautar em um campo de análise limitado, não devendo interferir em outras áreas do conhecimento

Nesse contexto, Bourdieu (1987) destaca a importância de superar a aplicação mecânica de receitas metodológicas tradicionais, defendendo uma postura reflexiva por parte do pesquisador diante de seu objeto de investigação. Para o autor, a compreensão da realidade social exige uma abordagem que reconheça a complexidade das relações sociais e a multiplicidade de fatores que estruturam as práticas e os processos sociais.

A perspectiva interdisciplinar adotada neste estudo dialoga com diferentes campos do conhecimento, especialmente a História e a Sociologia. No campo historiográfico, a tradição inaugurada pela Escola dos Annales contribuiu para ampliar o escopo da análise histórica, incorporando novas fontes e aproximando a História de outras ciências sociais (Burke, 2010). Nesse sentido, a História Social apresenta-se como um campo particularmente fecundo para o diálogo interdisciplinar, ao investigar as múltiplas dimensões que compõem a organização das sociedades (Barros, 2005).

Segundo Barros (2005, p. 2):

Modalidade historiográfica rica de interdisciplinaridades com todas as Ciências Sociais, e igualmente rica na sua possibilidade de objetos de estudo, a História Social abre-se de fato a variadas possibilidades de definição e delimitação que certamente interferem nos vários trabalhos produzidos pelos historiadores que atuam neste campo interdisciplinar.

O pesquisador não deve utilizar a especialização em contextos fechados, mas deve utilizá-la sempre relacionando com as outras subáreas de pensamento. Ao refletir um processo cultural se devem



compreender os seus impactos econômicos, sociais, políticos e a partir desse olhar ampliado, organizar a análise. (Rodrigues, 2021)

Segundo Gruzinski (2001, p. 391):

[...] o historiador (*Ou qualquer pesquisador com mentalidade disciplinar* [grifo do autor]) tem o costume de arrumar os fatos em envelopes que se transformaram em entidades trans-históricas, em categorias temporais e universais: o social, o econômico, o político, o religioso, o cultural [...]. Depois de proceder a esta distribuição e a esta etiquetagem, [...] o historiador atém-se comumente a uma única ordem de fatos.

De modo semelhante, a Sociologia oferece importantes contribuições para a compreensão das relações entre cultura, trabalho e poder simbólico. A partir da perspectiva de Bourdieu (1989), as relações sociais podem ser compreendidas como redes de vínculos materiais e simbólicos que estruturam a vida social. Tais relações se manifestam tanto nas estruturas institucionais quanto nos esquemas de percepção e ação incorporados pelos indivíduos, expressos no conceito de habitus (Wacquant, 2013).

Dessa forma, a articulação entre diferentes campos do conhecimento permite compreender os fenômenos sociais em sua complexidade, evitando reducionismos analíticos. Como argumenta Carvalho (2013), natureza e cultura não constituem esferas isoladas, mas dimensões simultaneamente opostas e complementares da experiência humana. Nesse sentido, a interdisciplinaridade apresenta-se como estratégia fundamental para a construção de análises mais amplas e críticas sobre os processos sociais.

3 O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

O conceito de desenvolvimento constitui um dos eixos centrais de discussão no campo dos estudos sobre sociedade, economia e território, podendo ser visto com grande importância nas análises em CTS. De acordo com Pimenta (2014), as abordagens contemporâneas sobre desenvolvimento buscam compreender as transformações da organização social, da ciência, da economia e das relações entre sociedade e meio ambiente, apontando tendências teóricas e práticas para a compreensão das dinâmicas sociais.

Historicamente, o desenvolvimento foi frequentemente associado ao crescimento econômico e à expansão da produtividade. Furtado (1974) aponta que o desenvolvimento pode ser compreendido a partir de diferentes vertentes: uma vinculada à acumulação de capital e ao aumento da produtividade, e outra relacionada à satisfação das necessidades humanas. A perspectiva adotada neste estudo parte de uma concepção mais ampla de desenvolvimento, que ultrapassa a lógica estritamente econômica e incorpora dimensões sociais, culturais, territoriais e ambientais.

Saraiva (2015) ao analisar Singer, destaca que o conceito pode ser interpretado sob duas perspectivas complementares: o desenvolvimento econômico, de caráter quantitativo, e o



desenvolvimento social, de natureza qualitativa, relacionado à melhoria das condições de vida da população. Dessa forma, compreender o desenvolvimento implica considerar não apenas indicadores econômicos, mas também fatores que influenciam diretamente a qualidade de vida das pessoas.

No âmbito territorial, o debate sobre desenvolvimento passa a incorporar a noção de desenvolvimento local. Segundo Brandão (2007), o desenvolvimento local pode ser entendido como um processo de organização social que envolve a atuação conjunta da população, do poder público e de diferentes instituições na busca por melhorias nas condições econômicas, sociais, culturais e ambientais de determinada comunidade. De modo semelhante, Perin (2004) ressalta que esse processo envolve a participação de atores locais, instituições públicas e privadas e organizações da sociedade civil na formulação de estratégias voltadas ao fortalecimento das dinâmicas territoriais.

Segundo Rodrigues (2021, p. 49)

[...] Papa Francisco diz: “O novo caminho para o desenvolvimento econômico sustentável deve colocar a pessoa e o trabalho no centro do desenvolvimento, tentando integrar as problemáticas do trabalho com as ambientais.” O conceito passou por uma transição entre a concepção que o relacionava apenas com o crescimento econômico e a conquistas materiais, e a outra concepção que está menos associada com conquistas materiais e mais com atitudes humanas e sociais.

A partir dessa perspectiva, diferentes abordagens teóricas buscaram sistematizar as interpretações sobre o desenvolvimento. Schiavinatto (2013) identifica, entre elas, o desenvolvimento entendido como crescimento econômico, o desenvolvimento institucional, o desenvolvimento como mito, o desenvolvimento como liberdade e o desenvolvimento sustentável. Essas diferentes perspectivas demonstram que o conceito é plural e está em constante transformação.

Entre essas abordagens, destaca-se a contribuição de Amartya Sen (2000), que compreende o desenvolvimento como ampliação das liberdades humanas. Para o autor, o desenvolvimento não deve ser reduzido ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), mas entendido como um processo de expansão das capacidades das pessoas para exercerem plenamente suas escolhas e participarem da vida social, política e econômica.

Outra contribuição relevante refere-se à perspectiva do desenvolvimento sustentável. Sachs (2002) propõe uma concepção que articula dimensões sociais, econômicas, ambientais, territoriais, culturais e políticas, defendendo a necessidade de conciliar crescimento econômico, justiça social e preservação ambiental. Nessa perspectiva, o desenvolvimento sustentável envolve o uso responsável dos recursos naturais, a promoção de trabalho digno e a busca por formas mais equilibradas de organização social.

Segundo Rodrigues (2021, p. 53)

Dentro das perspectivas de Sachs, o local passa a ser um espaço relevante para a efetivação desse aspecto de sustentabilidade. A economia não faz sentido se tiver desconectada de formas



de trabalho decentes e de garantir o desenvolvimento distributivo e da coletividade. Esse desafio impõe novas metodologias de enfrentamento às questões sociais e propõe investigações não só em contrapartidas econômicas, mas, sobretudo à qualidade de vida da população e sua inserção no meio social. Essas inserções nem sempre efetivadas no campo das práticas sociais e políticas públicas.

Além disso, a literatura crítica também problematiza o desenvolvimento enquanto construção ideológica. Arrighi (1997) e Furtado (1974) apontam que a promessa de desenvolvimento universal pode ocultar relações estruturais de dependência no sistema capitalista global, nas quais os países periféricos tendem a permanecer em posições subordinadas em relação às economias centrais.

Dessa forma, compreender o desenvolvimento exige considerar sua dimensão histórica, social e política, reconhecendo que o conceito não se limita ao crescimento econômico, mas envolve a ampliação das condições de vida, das oportunidades sociais e das capacidades humanas. Nesse sentido, a perspectiva adotada neste estudo aproxima-se de uma abordagem que integra desenvolvimento local, sustentabilidade e ampliação das liberdades sociais, considerando a participação dos atores locais e as especificidades territoriais como elementos fundamentais para a promoção de processos de desenvolvimento mais equitativos.

4 O IMAGINÁRIO SOCIAL

A análise do desenvolvimento local exige considerar não apenas os aspectos materiais da organização social, mas também os elementos simbólicos que estruturam as representações coletivas. Nesse sentido, o conceito de imaginário social torna-se fundamental para compreender como determinados símbolos, narrativas e práticas culturais contribuem para a construção de identidades territoriais.

Segundo Baczko (1985), os imaginários sociais são constituídos por representações coletivas que orientam a forma como os grupos interpretam a realidade social e organizam suas relações de poder. Por trás dessas representações encontram-se os agentes sociais que, por meio de diferentes estratégias simbólicas, produzem e difundem determinadas imagens da sociedade. Tais agentes podem ser compreendidos tanto como atores humanos quanto como elementos institucionais e simbólicos, como leis, monumentos, políticas públicas e dispositivos de comunicação, que participam da construção e da circulação dessas representações.

Nesse contexto, o imaginário social não se estabelece de forma espontânea ou neutra. Pelo contrário, ele se organiza a partir de disputas simbólicas e tensões sociais, nas quais diferentes grupos buscam legitimar suas interpretações da realidade. Conforme argumenta Chartier (2002), as representações sociais constituem sistemas de classificação e hierarquização que orientam a compreensão do mundo social a partir das posições ocupadas pelos diferentes grupos na estrutura social. Dessa forma, as representações não apenas descrevem a realidade, mas também participam da produção de estratégias de poder e dominação.



As disputas simbólicas em torno das representações sociais podem ter importância semelhante às disputas econômicas, uma vez que diferentes grupos procuram impor suas interpretações sobre a realidade social, legitimando suas posições por meio da capacidade de produzir significados socialmente aceitos (Chartier, 2002). Assim, o imaginário social atua como um campo de produção simbólica no qual são construídas identidades coletivas e estabelecidos referenciais culturais compartilhados.

De acordo com Coelho (1997), o imaginário não deve ser compreendido como um conjunto de fantasias ou irrealidades, mas como um substrato simbólico presente na vida social, responsável por organizar sentidos coletivos e orientar práticas culturais. Nesse sentido, o imaginário social atua como um elemento estruturante da vida coletiva, contribuindo para a formação de identidades compartilhadas e para a consolidação de valores culturais.

A dimensão cultural do imaginário também pode ser compreendida a partir de uma perspectiva antropológica da cultura. Conforme argumenta Botelho (2001), a cultura se produz por meio da interação social entre indivíduos que constroem valores, identidades e modos de vida compartilhados. Dessa forma, as práticas culturais e os símbolos coletivos tornam-se elementos centrais na organização da vida social e na construção de identidades territoriais.

Nesse contexto, o imaginário social associado a uma tradição local, contribui para consolidar uma identidade coletiva em torno dessa prática cultural, que passa a representar não apenas um produto econômico, mas também um elemento simbólico da história e da cultura local. A valorização dessas práticas evidencia como elementos culturais podem atuar simultaneamente como expressão identitária e como fator de dinamização das atividades econômicas no território.

5 O CONCEITO DE CULTURA

Definir o conceito de cultura constitui uma tarefa complexa, uma vez que o termo é mobilizado por diferentes áreas do conhecimento, como a antropologia, a sociologia, a história, a economia e a comunicação (Canedo, 2009). Essa diversidade de abordagens faz com que não exista um consenso definitivo sobre sua definição, tornando o conceito permanentemente aberto a interpretações e disputas teóricas.

A origem etimológica da palavra cultura remete ao termo latino *colere*, associado a significados como cultivar, habitar, proteger e honrar. A partir dessa base semântica, o conceito passou a ser utilizado para compreender os modos pelos quais os seres humanos produzem sentidos sobre o mundo social. Nesse sentido, Williams (1992) compreende a cultura como um sistema de significações por meio do qual as relações sociais são comunicadas, reproduzidas e interpretadas.

Do ponto de vista antropológico, uma das primeiras definições sistemáticas do conceito foi apresentada por Edward Tylor, no século XIX. Para o autor, cultura constitui “um todo complexo que



inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro de uma sociedade” (Tylor, 1871). Embora essa definição tenha sido fundamental para a consolidação da cultura como objeto de estudo científico, ela estava associada a uma perspectiva evolucionista que compreendia as sociedades em uma escala de progresso cultural.

Posteriormente, Franz Boas contribuiu para a superação dessa perspectiva ao defender que as diferenças entre os grupos humanos deveriam ser compreendidas a partir de seus contextos históricos e culturais específicos. A partir dessa abordagem, consolidou-se a compreensão da existência de culturas no plural, reconhecendo a diversidade de formas de organização simbólica presentes nas sociedades humanas (Canedo, 2009).

Nesse sentido, Canedo (2009) identifica três perspectivas centrais para a compreensão contemporânea do conceito de cultura: (1) cultura como modos de vida que caracterizam uma coletividade; (2) cultura como conjunto de obras e práticas artísticas e intelectuais; e (3) cultura como fator de desenvolvimento humano. Essas perspectivas permitem compreender a cultura tanto como sistema simbólico quanto como dimensão estruturante das práticas sociais.

A cultura pode ser entendida, portanto, como uma rede de significados socialmente produzidos. Conforme argumenta Geertz (1989), o ser humano encontra-se inserido em “teias de significação” que ele próprio tece, sendo a cultura precisamente esse sistema de significados compartilhados que orienta as interpretações da realidade social. Nessa perspectiva interpretativa, a análise cultural busca compreender os sentidos atribuídos pelos grupos sociais às suas práticas, instituições e formas de vida.

Carvalho (2013, p. 49) diz que:

Conceito armadilha, a cultura é composta por padrões, regras, instituições. Por isso, é fábrica de ordem, reprodução do instituído. É também identificada à superestrutura, bifurcada em cultura científica e cultura das humanidades, cultura erudita e cultura popular. Na perspectiva do pensamento complexo, a cultura é um circuito que envolve ordem-desordem-interação-organização composto por códigos, padrões, modalidades de existência, saberes [...].

A dimensão simbólica da cultura também é ressaltada por autores que a compreendem como um sistema de códigos coletivos. Para Velho (1978), a cultura pode ser entendida como um conjunto de aparelhos simbólicos organizados em subsistemas que orientam as formas de comportamento humano. Esses códigos permitem que os indivíduos atribuam significados às suas experiências e compartilhem interpretações sobre o mundo social.

Além de sua dimensão simbólica, a cultura também possui implicações materiais e econômicas. As práticas culturais podem se tornar elementos relevantes na organização de atividades produtivas, especialmente quando associadas a manifestações tradicionais, festividades, práticas gastronômicas e expressões artísticas. Nesse contexto, Lago e Rotta (2018) argumentam que a cultura não deve ser



compreendida apenas como um fator complementar ao desenvolvimento, mas como o substrato socioeconômico, ético e político a partir do qual diferentes modelos de desenvolvimento se estruturam.

Entretanto, a relação entre cultura e desenvolvimento exige cautela analítica. Como ressaltam Lago e Rotta (2018), é necessário evitar tanto o romantismo cultural quanto o reducionismo economicista. O romantismo tende a idealizar as manifestações culturais, ignorando os conflitos e disputas presentes em sua formação histórica. Já o reducionismo economicista subordina a cultura exclusivamente às dinâmicas de mercado, desconsiderando sua dimensão simbólica e social.

Nesse sentido, a cultura deve ser compreendida como um fenômeno histórico, resultante de processos sociais marcados por disputas simbólicas, relações de poder e transformações econômicas. Conforme argumenta Ortiz (2008), não existe sociedade sem cultura, uma vez que os sistemas simbólicos constituem a base por meio da qual os indivíduos produzem significados e organizam suas práticas coletivas.

A cultura e o desenvolvimento são indissociáveis, uma vez que:

O verdadeiro impacto da cultura sobre o desenvolvimento será compreendido se a tomarmos como aquele substrato que organiza e orienta os modos de pensar, de agir e de viver das pessoas. A questão vai muito além de “vender” elementos culturais para gerar desenvolvimento. É preciso compreender e assumir que nada existe fora da cultura, que ela é a fonte das crenças e valores em função dos quais as pessoas organizam o que fazem e definem quem são. (Lago; Rotta, 2018, p. 361).

A partir dessa perspectiva, a cultura pode ser entendida como elemento constitutivo das dinâmicas sociais e como dimensão fundamental para a compreensão dos processos de desenvolvimento. Ao considerar as relações entre práticas simbólicas, identidades coletivas e atividades econômicas, torna-se possível analisar como determinadas manifestações culturais podem contribuir para a organização social e para a geração de oportunidades de desenvolvimento local.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão desenvolvida ao longo deste artigo buscou refletir sobre as relações entre desenvolvimento e cultura a partir de uma abordagem teórica que enfatiza a dimensão simbólica dos processos sociais. Partindo da análise das diferentes interpretações do conceito de desenvolvimento, procurou-se demonstrar que sua compreensão não pode ser limitada às perspectivas estritamente econômicas, sendo necessário incorporá-lo a um conjunto mais amplo de dimensões sociais, culturais e históricas.

Nesse sentido, a discussão sobre o imaginário social permitiu evidenciar como as representações coletivas, os símbolos e as narrativas compartilhadas pelos grupos sociais participam da construção das identidades e das formas de organização da vida coletiva. O imaginário social atua,



portanto, como um elemento estruturante das relações sociais, influenciando a maneira pela qual as comunidades interpretam sua história, seus valores e suas possibilidades de desenvolvimento.

Da mesma forma, a análise do conceito de cultura destacou seu caráter complexo e multidimensional, evidenciando que as práticas culturais não devem ser compreendidas apenas como manifestações simbólicas isoladas, mas como sistemas de significados que orientam comportamentos, instituições e formas de interação social. A cultura constitui, assim, uma dimensão fundamental para a compreensão das dinâmicas sociais, uma vez que organiza os modos de pensar, agir e viver dos indivíduos em determinados contextos históricos.

A partir dessas reflexões, torna-se possível afirmar que desenvolvimento e cultura são dimensões profundamente interligadas. A cultura não atua apenas como elemento complementar ou acessório aos processos de desenvolvimento, mas como um substrato que influencia valores, práticas sociais e formas de organização coletiva. Dessa maneira, a análise dos processos de desenvolvimento requer a incorporação das dimensões culturais como parte constitutiva das dinâmicas sociais.

Por fim, considera-se que a abordagem teórica apresentada contribui para ampliar as possibilidades de interpretação dos processos sociais ao evidenciar a importância das dimensões simbólicas na compreensão do desenvolvimento. Estudos futuros podem aprofundar essa perspectiva por meio de análises empíricas que investiguem como práticas culturais específicas, identidades locais e representações simbólicas influenciam as estratégias de desenvolvimento em diferentes contextos territoriais.

Assim, compreender o desenvolvimento a partir de suas dimensões culturais significa reconhecer que os processos econômicos e sociais estão profundamente imbricados nas formas simbólicas por meio das quais as sociedades produzem sentidos sobre si mesmas e sobre o mundo.



REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, Giovanni. A ilusão do desenvolvimento. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, coleção Zero à Esquerda. 1997.
- BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BARROS, José D'Assunção. A História Social: seus significados e seus caminhos. *LPH - Revista de História da UFOP*. n° 15, 2005.
- BOTELHO, I. As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas. São Paulo em perspectiva, São Paulo: Revista da Fundação SEADE, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- _____. *O poder simbólico*. Editora Bertrand Brasil. S. A. Rio de Janeiro. 1989.
- BRANDÃO, Carlos. *Território e desenvolvimento – as múltiplas escalas entre o local e global*. Campinas: Unicamp, 2007.
- BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 2010.
- CANEDO, Daniele. “Cultura é o que?” – Reflexões sobre o conceito de cultura e a atuação dos poderes públicos. V *ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*, 27 a 29 de maio de 2009 Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador.
- CARVALHO, Edgard de Assis. *Cultura e Complexidade: um trajeto antropológico*. In: PIMENTA, C.A.M.; MELLO, A.S. (Orgs.). *Encruzilhadas da Cultura: Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade*. Taubaté: Cabral Editora, 2013, v. 1, p. 49-70.
- CHARTIER, Roger. *Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais*. In: CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Col. *Memória e sociedade*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- _____. *O mundo como representação. À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- COELHO, T. *Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário*. São Paulo: Iluminuras, 1997.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais*. *Revista do Centro de Educação e Letras. Unioeste, Campus Foz do Iguaçu*. V. 10, n°1, p. 41-62, 1º semestre de 2008.
- FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. 4. ed. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1974.
- GRUZINSKI, Serge. *Acontecimento, bifurcação, acidente e acaso: observações sobre a história a partir das periferias do Ocidente*. In: MORIN, E. (org.) *A religação dos saberes*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- GUSDORF, G. *Conhecimento interdisciplinar*. In: GUIMARÃES, H, M; POMBO, O; LEVY, T. (Org.) *Antologia I*. Lisboa (PO): Mathesis; 1990.



- LAGO, Ivann Carlos; ROTTA, Edegar. Sobre a relação entre Cultura e Desenvolvimento: alguns apontamentos em defesa do conceito antropológico de cultura. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 23, n. 3, p. 353-366, setembro-dezembro, 2018.
- OLIVEIRA, Silas Dorival de. Dimensões locais do desenvolvimento: elementos para se pensar a cidade de Itajubá, MG. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (Mestrado). Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI). 2017.
- ORTIZ, Renato. A procura de uma Sociologia da prática. In: BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- PERIN, Zeferino (organizador). *Desenvolvimento regional: um novo paradigma em construção*. Erechim: EdiFAPES, 2004.
- PIMENTA, C. A. M. Tendências do desenvolvimento: elementos para reflexão sobre as dimensões sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*. v. 10, n. 3. 2014.
- RODRIGUES, Lucas Inácio. *Desenvolvimento, cultura e território: o doce pé de moleque em Piranguinho/MG - entre os saberes e o artefato*. 2021. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade) – Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), Itajubá. 2021.
- SACHS, Ignacy. *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro, Garamond. 2002.
- SARAIVA, Camila Nemitz de Oliveira. *Gastronomia, cultura e desenvolvimento: um estudo no município de São Borja*. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). 2015.
- SCHIAVINATTO, Mônica. *Desenvolvimento Territorial: inovação ou imposição? Um olhar sobre as abordagens territoriais do desenvolvimento rural na América Latina*. Tese de Doutorado. Brasília, Universidade de Brasília – UnB / Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS, 2013.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- TYLOR, Edward Burnett. *Primitive Culture*. Inglaterra: Gordon Press, 1871.
- VELHO, G.; VIVEIROS, E. B. C. O Conceito de Cultura e o Estudo das Sociedades Complexas: uma perspectiva antropológica. *Artefato: Jornal de Cultura*. Rio de Janeiro: Conselho Estadual de Cultura, n. 1, Jan. 1978.
- WACQUANT, Loïc. Poder simbólico e fabricação de grupos: como Bourdieu reformula a questão das classes. *Novos estudos* nº 96, julho 2013.
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

